

[illegible][illegible]

Observação:

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

XX.XXX.XXX-X

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

ABERTURA

00-2021/014920-5

20/01/2021 15:50:37

JUCERJA

Último arquivamento:

—

NIRE: XX.XXX.XXX-X

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

Boleto(s): 103582126

Hash: 82983385-F6D9-4634-A7DE-251B288C1052

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]**Requerente**

Nome:	Marcelo Costa de Andrade
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2124643771
E-mail:	marcelocostaandrade@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	20/01/2021
Data da 1ª entrada:	



00-2021/014920-5

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVICOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2021/014920-5 Data do protocolo: 20/01/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/01/2021 SOB O NÚMERO 33211224356 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F8178A5E46B530636F9DD77C087F2B1E8E4C265EEDBDDE640A31C6F507FB6669

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/13

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

HB MULTISERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, estabelecida na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.768.165/0001-08, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 332099062683, com inscrição estadual nº 85.688.073, ("Sociedade"), com a respectiva filial: **Filial 1** – Avenida Brasil, nº 19001, pavilhão 24, boxe 06, Coelho Neto – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21.530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.165/0004-50 e Inscrição Estadual: 79.474.398, neste ato representada conforme seu contrato social, por seu diretor **ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, portador da carteira de identidade nº 089885370, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 003.232.607-64.

Resolvem constituir uma sociedade limitada, nos termos do art. 1.052 a 1.087 do Código Civil, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I**Denominação, Sede, Objeto Social e Duração**

Cláusula 1ª – A sociedade possui a denominação social de **INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.** e é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula 2ª – A Sociedade tem sede, foro e administração na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, nº 316, Pechincha – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22725-422.

Cláusula 3ª – A Sociedade tem por objeto social:

- (i) preparação e distribuição de refeições e alimentação para indústrias, repartições públicas e autarquias em local próprio ou de terceiros;
- (ii) fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas;
- (iii) prestação de serviços de buffet;
- (iv) desenvolvimento de atividade econômica de restaurante e similares;

- (v) prestação de serviços, com locação de mão de obra, de copeiro, auxiliar de copa, cozinheiro, merendeira, auxiliar de cozinha, ajudante de cozinha, açougueiro, nutricionista, técnico em nutrição, ordenador, chefe de cozinha, administrador, técnico em segurança do trabalho, estoquista, supervisor, assistente administrativo, auxiliar administrativo, garçom, motorista, apoio administrativo, ascensorista, caixa, servente, auxiliar de serviços gerais, encarregado, lotadas tais mãos de obra inclusive em órgãos e prédios públicos, organizações sociais, sistema S, e particulares em geral;
- (vi) locação de mão de obra pra prestação de serviços terceirizados;
- (vii) fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, com seleção e agenciamento de mão de obra;
- (viii) prestação de serviços de conservação, varrição e limpeza em prédios, imóveis e em domicílios;
- (ix) prestação de serviço de limpeza e higienização de reservatórios de água, controle de vetores e pragas urbanas; e
- (x) prestação de serviços de jardinagem profissional e atividades paisagísticas.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade desenvolve seus negócios contratando com cliente privados e públicos, participando de licitações privadas e com administração pública, tais como, entre outras, autorizações, concessões e parcerias público privadas - PPP.

Parágrafo Segundo – A Sociedade, para a execução do seu objeto social, está autorizada a utilizar capacidade técnica, expertise (*know-how*) e capacidade profissional própria e de empresas coligadas, e, autoriza sociedade controladas e coligadas a fazerem uso de sua capacitação.

Cláusula 4ª – A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Quotas

Cláusula 5ª – O capital social é de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado em moeda corrente do país, pela sócia única:

<u>Sócio</u>	<u>Quotas Subscritas</u>	<u>Quotas integralizadas</u>	<u>Quotas a integralizar</u>
HB MULTISERVIÇOS LTDA.	2.000.000	100.000	1.900.000
TOTAL	2.000.000	100.000	1.900.000

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade do sócio único é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, respondendo, no entanto pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052, do Código Civil.

Parágrafo Segundo – A sócia única compromete-se a integralizar o capital social da Sociedade em até 24 (vinte e quatro) meses a partir desta data.

Parágrafo Terceiro– As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

CAPÍTULO III
Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula 6ª – A sócia única pode alienar suas quotas a terceiros, indicando claramente o preço, forma e condição de pagamento, e neste caso, mediante a alteração e adequação do contrato social.

CAPÍTULO IV
Administração

Cláusula 7ª – A Sociedade será administrada por **Antônio Carlos Oliveira Monteiro**, o qual detém a plenitude dos poderes de administração, sem qualquer restrição, inclusive com a capacidade de delegar poderes de representação, isoladamente, perante terceiros, permanecendo em seu cargo por tempo indeterminado, destituível a qualquer tempo pelos sócios em sede de Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá ter administradores não sócios, os quais serão designados e investidos na forma dos artigos 1.061 e 1.062 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – A administração da Sociedade será exercida por **(i) Antônio Carlos Oliveira Monteiro**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, portador da carteira de identidade nº 089885370,

expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 003.232.607-64, diretor sem designação específica.

Parágrafo Terceiro – O administrador da Sociedade, desde logo, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, na forma prevista em lei.

Parágrafo Quarto– O administrador poderá receber uma remuneração, a título de *pro-labore*, que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade, ficando expressamente dispensado da prestação de caução ou fiança pelo exercício de suas funções.

Cláusula 8ª – Observado o disposto neste Contrato Social, caberá ao Diretor, isoladamente, a prática de todos os atos em nome da Sociedade, os atos de representação perante as instituições financeiras, tais como, assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, fazer retiradas, emitir, endossar para quaisquer fins e descontar duplicatas, dar ordem de pagamento, bem como os de admitir e demitir empregados, constituir procuradores, representar a Sociedade em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos e terceiros em geral, adquirir, alienar ou onerar bens sociais, móveis e imóveis, transigir e renunciar a direitos.

Parágrafo Primeiro– A representação da Sociedade perante terceiros e em juízo por um procurador especialmente constituído para esse fim, deverá ser mediante instrumento de mandato outorgado pela Sociedade a ser assinado pelo Diretor isoladamente, especificando expressamente os poderes conferidos ao respectivo procurador e, com exceção daqueles com poderes da cláusula “ad judicium”, terão prazo de validade determinado não superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo– São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos praticados pelos sócios, procuradores ou empregados da Sociedade, fora dos limites previstos neste Contrato Social e/ou instrumentos de mandato, ou, ainda, aqueles atos que envolvam a Sociedade em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social.

Cláusula 9ª – A Sociedade não tem Conselho Fiscal, salvo temporariamente pelo prazo de 1 (um) ano, por deliberação escrita do sócio único lavrada em ata própria da Sociedade que possui poderes de dissolver o Conselho Fiscal a qualquer tempo.

CAPÍTULO V

Deliberações Sociais

Cláusula 10ª— Cabe à única sócia, sempre que os interesses sociais assim os exigirem e, ordinariamente, nos primeiros 4 (quatro) meses que se seguem ao término do exercício social para deliberar as seguintes matérias:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido;
- (iii) designar administradores, quando for o caso, e fixar-lhe a remuneração; e
- (iv) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Primeiro — Qualquer matéria que demande a manifestação da única sócia poderá ser tida como validamente decidida, independentemente da realização de reunião de sócios, se expressa a decisão por instrumento escrito firmado pela sócia única.

Parágrafo Segundo — A única sócia pode fazer-se representar nas deliberações sociais, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

Parágrafo Terceiro— Na hipótese de a única sócia indicar mais de um procurador ou representante legal para as convocações previstas nesta cláusula, será considerada válida a comunicação efetivada na pessoa de qualquer um dos indicados, salvo se a procuração expressamente vedar isso.

Parágrafo Quarto—As deliberações da única sócia são lavradas, em ata constante de livro próprio da Sociedade, assinada pela única sócia e demais membros convidados da mesa. Para validade da ata é suficiente assinatura do único sócio.

CAPÍTULO VI

Transformação da Sociedade

Cláusula 11ª— A única sócia poderá transformar a Sociedade em companhia ou outro tipo societário, observadas as exigências previstas em lei.

Parágrafo único: A Sociedade pode, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no país ou fora dele, mediante alteração do contrato social.

CAPÍTULO VII

Exercício Social e Lucros

Cláusula 12ª– O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação dos sócios. O lucro apurado poderá ser distribuído, no todo ou em parte, por deliberação dos sócios. Os prejuízos serão acumulados para compensação futura.

Parágrafo Primeiro– A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação da reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CAPÍTULO VIII

Dissolução da Sociedade

Cláusula 13ª– A Sociedade pode ser dissolvida por iniciativa da única sócia, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

CAPÍTULO IX

Pagamento dos haveres na dissolução da Sociedade

Cláusula 14ª– A Sociedade somente poderá ser dissolvida nas hipóteses previstas em lei ou mediante decisão da única sócia. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o remanescente do patrimônio social será atribuído à única sócia. Havendo a dissolução, o sócio quotista estabelecerá o modo de liquidação e nomeará o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliadas na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Parágrafo Primeiro— Os haveres apurados serão pagos da seguinte forma: 20% (vinte por cento) em dinheiro, na data da assinatura do instrumento de alteração contratual; e o restante em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas, desde a data do balanço especial, pela mesma taxa aplicada às cadernetas de poupança e corrigidas monetariamente, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a data do primeiro pagamento.

Parágrafo Segundo— Na hipótese de falecimento, incapacidade ou interdição, o(s) herdeiro(s) do falecido ou o curador legalmente autorizado sucede (em) na Sociedade, na forma da partilha de bens que se realizar no inventário respectivo ou no ato legal que ordenar a curatela.

Parágrafo Terceiro— Havendo dissolução da sociedade conjugal do sócio, serão pagos os haveres na forma prevista na Cláusula 13ª acima, se, na partilha dos bens, as quotas do sócio forem distribuídas aos seus ex-cônjuges.

CAPÍTULO X **Arbitragem**

Cláusula 15ª— Para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social, bem como toda e qualquer questão, controvérsia, conflito ou reclamação proveniente ou relacionada às obrigações, execução, condições e/ou interpretações deste Contrato Social, incluindo assuntos relacionados à existência, validade, eficácia ou nulidade de qualquer de suas disposições, ou, ainda, relacionados a qualquer disposição sobre remuneração de seus administradores, é solucionada por meio de arbitragem, obrigatoriamente, conduzida de acordo com o Regulamento da Câmara da FGV de Conciliação e Arbitragem vigente à época da realização da arbitragem (“Regulamento da Arbitragem”), e em observância à Lei 9.307/96. A Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem (“CCA”) ficará encarregada de administrar e conduzir a arbitragem.

Parágrafo Primeiro— O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, devendo um deles ser nomeado pela requerente, no requerimento de arbitragem, e outro pela requerida, na resposta ao requerimento de arbitragem. Se a disputa envolver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridas, os requerentes, em conjunto, nomearão 1 (um) árbitro no requerimento de arbitragem, e os requeridos, em conjunto, nomearão o outro árbitro na resposta ao requerimento de arbitragem. Os árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral.

Parágrafo Segundo— No caso de uma das partes, ou conjunto de partes, não nomear um árbitro ou no caso de os árbitros nomeados por elas não chegarem a um consenso quanto a nomeação do terceiro árbitro dentro do prazo acima estipulado, caberá ao Diretor da CCA

realizar tal nomeação, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido, por escrito, de qualquer uma das partes.

Parágrafo Terceiro- A arbitragem será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde o laudo arbitral deverá ser emitido, e será conduzida em língua portuguesa. O Tribunal Arbitral deve decidir com base na legislação brasileira e nos termos deste Contrato Social.

Parágrafo Quarto- O Tribunal Arbitral é competente para conceder medidas urgentes de acordo com os termos deste Contrato Social e a lei aplicável, incluindo, sem limitações, liminares permanentes ou provisórias e execução específica de qualquer das obrigações aqui criadas. Sem prejuízo à validade da cláusula compromissória, as Partes podem, se e quando necessário, requerer assistência e/ou medidas judiciais ao Judiciário com o intuito de (a) executar obrigações que admitem imediata execução específica; (b) para instauração do procedimento arbitral; e (c) obter medidas coercitivas ou cautelares, ou procedimentos de natureza preventiva ou provisória antes da constituição do Tribunal Arbitral, restando entendido que após a apreciação destas medidas pelo Poder Judiciário, a competência total e exclusiva de decidir sobre todas e quaisquer questões, tanto as relacionadas ao procedimento cautelar, quanto às relacionadas ao mérito, que deram ensejo ao requerimento de tais medidas, deverá retornar ao Tribunal Arbitral a ser instituído. O requerimento de qualquer medida concernente a esta cláusula não representará qualquer renúncia à cláusula de arbitragem ou à absoluta jurisdição do Tribunal Arbitral. Para os fins deste Parágrafo Quarto, fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Quinto- O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com esse contrato social, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para a consolidação de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes requisitos: (i) a nova disputa possua questões de fato e de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente seja indevidamente prejudicada; e (iii) a consolidação não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um Tribunal Arbitral será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.

Parágrafo Sexto- Todos os custos e despesas da arbitragem, incluindo custas da arbitragem e honorários do Tribunal Arbitral, serão arcados em partes iguais, por cada um dos envolvidos na arbitragem, na forma e prazos determinados pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo Sétimo- Qualquer decisão do Tribunal Arbitral é final e vinculante para cada parte na disputa, sendo que o laudo arbitral pode ser executado em qualquer foro que tenha jurisdição, incluindo o foro que tenha jurisdição sobre a parte ou seus bens.

CAPÍTULO XI
Disposições Gerais

Cláusula 16ª – Os casos e omissões do presente contrato social são regidos pelas disposições contidas no Código Civil e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, além de outras leis e normativos em vigor, pertinentes à matéria.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto antes neste instrumento particular foi lavrado obrigam-se a cumprir o presente contrato em todos os seus termos e condições, assinando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 2020.

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO
HB MULTISERVIÇOS LTDA.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro**

PROTOCOLLO REDESIM

RJP2000247097

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

★★★★★★★★

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

101 Inscrição de primeiro estabelecimento
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ72690254 - 00000323260764

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO

CPF

003.232.607-64

LOCAL

DATA

10/01/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 00.768.165/0001-08

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVICOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2021/014920-5 Data do protocolo: 20/01/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 21/01/2021 SOB O NÚMERO 33211224356 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F8178A5E46B530636F9DD77C087F2B1E8E4C265EEDBDDE640A31C6F507FB6669

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA INFINITY MULTISERVICOS LTDA, NIRE 33.2.1122435-6, PROTOCOLO 00-2021/014920-5, ARQUIVADO EM 21/01/2021, SOB O NÚMERO (S) 33211224356, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
007.035.729-38	PATRICIA CRISTINA ORLANDO VILLALBA
003.232.607-64	ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO

21 de janeiro de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral





TERMO DE AUTENTICAÇÃO

00-2021/303415-8

JUCERJA

Útimo arquivamento:

00004041071 - 29/03/2021

NIRE: 33.2.1122435-6

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

Boleto(s):

Hash: 967D50D9-1DA8-4CBE-87D4-10D21AF2B1AD

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DNRC	0,00	0,00

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR LUIZ CARLOS MARQUES FILHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 15/10/2021 e arquivado em 18/10/2021

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

14

1/1


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVICOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2021/303415-8 Data do protocolo: 14/10/2021

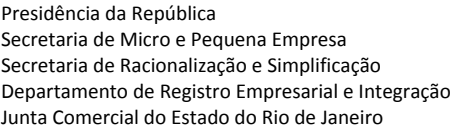
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/10/2021 SOB O NÚMERO 00004542796 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8E2B6A64B146EF4C831CF63F1756117412A0D518660845C0406558B06CA0FCF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 01/14



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1122435-6

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2021/303415-8

14/10/2021 09:18:20

JUCERJA

Último arquivamento:

00004041071 - 29/03/2021

NIRE: 33.2.1122435-6

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

Boleto(s): 103836326

Hash: 967D50D9-1DA8-4CBE-87D4-10D21AF2B1AD

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

**Código
do Ato**

002

[illegible]**Requerente**

Nome:	Marcelo Costa de Andrade
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2124643771
E-mail:	marcelocostaandrade@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	14/10/2021
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

14/10/2021

Data



00-2021/303415-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVICIOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2021/303415-8 Data do protocolo: 14/10/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/10/2021 SOB O NÚMERO 00004542796 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8E2B6A64B146EF4C831CF63F1756117412A0D518660845C0406558B06CA0FCF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/14

INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Pelo presente instrumento particular de Re-Ratificação, o sócio abaixo assinado:

HB MULTISERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, estabelecida na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, inscrita no CNPJ/ME Sob o nº 00.768.165/0001-08, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 332099062683, com inscrição estadual nº 85.688.073, ("Sociedade"), com a respectiva filial: Filial 1 – Avenida Brasil, nº19001, pavilhão 24, boxe 06, Coelho Neto – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.165/0004-50 e inscrição Estadual: 79.474.398, neste ato representada conforme seu contrato social, por seu diretor **ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, portador da carteira de identidade nº 089885370, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 003.232.607-64, única sócia da empresa **INFINITY MULTISERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.494.483/0001-42, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3321122435-6 .

Resolve proceder as seguintes alterações, re-ratificando o contrato arquivado em 21/01/2021 sob o número 33211224356 conforme cláusulas abaixo:

Cláusula 1ª – O sócio resolve re-ratificar a cláusula 5ª do Capítulo II ficando a referida cláusula com o seguinte teor:

Cláusula 5ª – O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado:

<u>Sócio</u>	<u>Quotas Subscritas</u>	<u>Quotas Integralizadas</u>
HB MULTISERVIÇOS LTDA	2.000.000	2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	2.000.000,00

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade do sócio único é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, respondendo, no entanto pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052, do Código Civil.

Parágrafo Segundo – O valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) foi integralizado sendo R\$ 1.074.877,00 (hum milhão setenta e quatro mil e oitocentos e setenta e sete reais) em moeda corrente e R\$ 925.123,00 (novecentos e vinte e cinco mil e cento e vinte e três reais) integralizados por meio da conferência de bens móveis à sociedade, cuja posse, domínio, direito e ação, são neste ato transferidos por força do presente instrumento, sendo os móveis abaixo descritos:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

- a) Veículo Cobalt 2012/2013, placa KVV-7184 que se atribui o valor de R\$ 33.074,00 (trinta e três mil e setenta e quatro reais);
- b) Veículo Volvo xc 60 2.0 t5 2018/2019, placa LMR-3G86 que se atribui o valor de R\$ 198.297,00 (cento e noventa e oito mil e duzentos e noventa e sete reais);
- c) Veículo Corolla XEI 2017/2018, placa KRY-4356 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- d) Veículo Corolla XEI 2018/2018, placa LTG-6847 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- e) Veículo Uno Vivace 2014/2014, placa KQM-7968 que se atribui o valor R\$ 25.990,00 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa reais);
- f) Veículo Peugeot Passion 207 2010/2011, placa LTL-3540 que se atribui o valor R\$ 18.563,00 (dezoito mil quinhentos e sessenta e três reais);
- g) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa KRF-1241 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil e quinhentos e quarenta e um reais);
- h) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa LQF-3306 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil quinhentos e quarenta e um reais);
- i) Veículo Work 17.180 2011/2011, placa KRW-1G32 que se atribui o valor R\$ 96.926,00 (noventa e seis mil novecentos e vinte e seis reais);
- j) Veículo VW 9.160 DRC 4x2 2012/2013, placa KZH-6406 que se atribui o valor R\$ 95.960,00 (noventa e cinco mil novecentos e sessenta reais);
- k) Veículo Sprinter Streer 2012/2013, placa KPJ-4995 que se atribui o valor R\$ 77.251,00 (setenta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais);

Parágrafo Terceiro – A sócia única compromete-se a integralizar o restante do capital social da Sociedade em até 12 (doze) meses a partir desta data.

Parágrafo Quarto – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

Cláusula 2ª – As demais cláusulas e condições do Contrato de constituição não alteradas por este instrumento, continuam em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

HB MULTISERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, estabelecida na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, Inscrita no CNPJ/ME Sob o nº 00.768.165/0001-08, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 332099062683, com inscrição estadual nº 85.688.073, ("Sociedade"), com a

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVICOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2021/303415-8 Data do protocolo: 14/10/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/10/2021 SOB O NÚMERO 00004542796 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8E2B6A64B146EF4C831CF63F1756117412A0D518660845C0406558B06CA0FCF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

respectiva filial: Filial 1 – Avenida Brasil, nº19001, pavilhão 24, boxe 06, Coelho Neto – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.165/0004-50 e inscrição Estadual: 79.474.398, neste ato representada conforme seu contrato social, por seu diretor **ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, portador da carteira de identidade nº 089885370, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 003.232.607-64.

Resolvem constituir uma sociedade limitada, nos termos do Art. 1.052 a 1087 do Código Civil, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I**Denominação, Sede, Objeto Social e Duração**

Cláusula 1ª - A sociedade possui a denominação social de **INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA**. E é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula 2ª – A Sociedade tem sede, foro e administração na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, nº 316, Pechincha – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22725-422.

Cláusula 3ª – A Sociedade tem por objeto social:

- (i) Preparação e distribuição de refeições e alimentação para indústrias, repartições públicas e autarquias em local próprio ou de terceiros;
- (ii) Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas;
- (iii) Prestação de serviços de buffet;
- (iv) Desenvolvimento de atividade econômica de restaurante e similares;
- (v) Prestação de serviços, com locação de mão de obra, de copeiro, auxiliar de copa, cozinheiro, merendeira, auxiliar de cozinha, ajudante de cozinha, açougueiro, nutricionista, técnico em nutrição, ordenador, chefe de cozinha, administrador, técnico em segurança do trabalho, estoquista, supervisor, assistente administrativo, auxiliar administrativo, garçom, motorista, apoio administrativo, ascensorista, caixa, servente, auxiliar de serviços gerais, encarregado, lotadas tais mãos de obra inclusive em órgãos e prédios públicos, organizações sociais, sistema S e particulares em geral;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

- (vi) Locação de mão de obra para prestação de serviços terceirizados;
- (vii) Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, com seleção e agenciamento de mão de obra;
- (viii) Prestação de serviços de conservação, varrição e limpeza em prédios imóveis e em domicílios;
- (ix) Prestação de serviço de limpeza e higienização de reservatórios de água, controle de vetores e pragas urbanas; e
- (x) Prestação de serviço de jardinagem profissional e atividades paisagísticas.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade desenvolve seus negócios contratando com clientes privados e públicos, participando de licitações privadas e com administração pública, tais como, entre outras, autorizações, concessões e parcerias público privadas – PPP.

Parágrafo Segundo – A Sociedade, para execução do seu objeto social, está autorizada a utilizar capacidade técnica, expertise (know-how) e capacidade profissional própria e de empresas coligadas, e, autoriza sociedade controladas e coligadas a fazerem uso de sua capacitação.

Cláusula 4ª – A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Quotas

Cláusula 5ª – O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado:

<u>Sócio</u>	<u>Quotas Subscritas</u>	<u>Quotas Integralizadas</u>
HB MULTISERVIÇOS LTDA	2.000.000	2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	2.000.000,00

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade do sócio único é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, respondendo, no entanto pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052, do Código Civil.

Parágrafo Segundo – O valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) foi integralizado sendo R\$ 1.074.877,00 (hum milhão setenta e quatro mil e oitocentos e setenta e sete reais) em moeda corrente e R\$ 925.123,00 (novecentos e vinte e cinco mil e cento e vinte e três reais) integralizados por meio da conferência de

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA**

bens móveis à sociedade, cuja posse, domínio, direito e ação, são neste ato transferidos por força do presente instrumento, sendo os móveis abaixo descritos:

- a) Veículo Cobalt 2012/2013, placa KVV-7184 que se atribui o valor de R\$ 33.074,00 (trinta e três mil e setenta e quatro reais);
- b) Veículo Volvo xc 60 2.0 t5 2018/2019, placa LMR-3G86 que se atribui o valor de R\$ 198.297,00 (cento e noventa e oito mil e duzentos e noventa e sete reais);
- c) Veículo Corolla XEI 2017/2018, placa KRY-4356 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- d) Veículo Corolla XEI 2018/2018, placa LTG-6847 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- e) Veículo Uno Vivace 2014/2014, placa KQM-7968 que se atribui o valor R\$ 25.990,00 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa reais);
- f) Veículo Peugeot Passion 207 2010/2011, placa LTL-3540 que se atribui o valor R\$ 18.563,00 (dezoito mil quinhentos e sessenta e três reais);
- g) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa KRF-1241 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil e quinhentos e quarenta e um reais);
- h) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa LQF-3306 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil quinhentos e quarenta e um reais);
- i) Veículo Work 17.180 2011/2011, placa KRW-1G32 que se atribui o valor R\$ 96.926,00 (noventa e seis mil novecentos e vinte e seis reais);
- j) Veículo VW 9.160 DRC 4x2 2012/2013, placa KZH-6406 que se atribui o valor R\$ 95.960,00 (noventa e cinco mil novecentos e sessenta reais);
- k) Veículo Sprinter Streer 2012/2013, placa KPJ-4995 que se atribui o valor R\$ 77.251,00 (setenta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais);

Parágrafo Terceiro – A sócia única compromete-se a integralizar o restante do capital social da Sociedade em até 12 (doze) meses a partir desta data.

Parágrafo Quarto – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.****CAPÍTULO III****Cessão e Transferência de Quotas**

Cláusula 6ª – A sócia única pode alienar suas quotas a terceiros, indicando claramente o preço, forma e condição de pagamento, e neste caso, mediante alteração e adequação do contrato social.

CAPÍTULO IV**Administração**

Cláusula 7ª – A Sociedade será administrada por **Antônio Carlos Oliveira Monteiro**, o qual detém a plenitude dos poderes de administração, sem qualquer restrição, inclusive com a capacidade de delegar seus poderes de representação, isoladamente, perante terceiros, permanecendo em seu cargo por tempo indeterminado, destituível a qualquer tempo pelos sócios em sede de Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá ter administradores não sócios, os quais serão designados e investidos na forma dos Artigos 1.061 e 1.062 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – A administração da Sociedade será exercida por (i) **Antônio Carlos Oliveira Monteiro**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, portador da carteira de identidade nº 089885370, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 003-232-607-64, diretor sem designação específica.

Parágrafo Terceiro – O administrador da Sociedade, desde logo, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, na forma prevista em lei.

Parágrafo Quarto – O Administrador poderá receber uma remuneração, a título de pro-labore, que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade, ficando expressamente dispensado da prestação de caução ou fiança pelo exercício de suas funções.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Cláusula 8ª – Observando o disposto neste Contrato Social, caberá ao Diretor, isoladamente, a prática de todos os atos em nome da Sociedade, os atos de representação perante as instituições financeiras, tais como, assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, fazer retiradas, emitir, endossar para quaisquer fins e descontar duplicatas, dar ordem de pagamento, bem como os de admitir e demitir empregados, constituir procuradores, representar a Sociedade em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos e terceiros em geral, adquirir, alienar ou onerar bens sociais, móveis e imóveis, transigir e renunciar a direitos.

Parágrafo Primeiro – A representação da Sociedade perante terceiros e em juízo por um procurador especialmente constituído para esse fim, deverá ser mediante instrumento de mandato outorgado pela Sociedade a ser assinado pelo Diretor isoladamente, especificando expressamente os poderes conferidos ao respectivo procurador e, com exceção daqueles com poderes da cláusula “ad judicium”, terão prazo de validade determinado não superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, atos praticados pelos sócios, procuradores ou empregados da Sociedade, fora dos limites previstos neste Contrato Social e/ou instrumentos de mandato, ou, ainda, aqueles atos que envolvam a Sociedade em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social.

Cláusula 9ª – A Sociedade não tem Conselho Fiscal, salvo temporariamente pelo prazo de 1 (um) ano, por deliberação escrita do sócio único lavrada em ata própria da Sociedade que possui poderes de dissolver o Conselho Fiscal a qualquer tempo.

CAPÍTULO V
Deliberações Sociais

Cláusula 10ª – Cabe à única sócia, sempre que os interesses sociais assim os exigirem e, ordinariamente, nos primeiros 4 (quatro) meses que se seguem ao término do exercício social para deliberar as seguintes matérias:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido;
- (iii) Designar administradores, quando for o caso, e fixar-lhe a remuneração; e
- (iv) Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Parágrafo Primeiro - Qualquer matéria que demande a manifestação da única sócia poderá ser tida como validamente decidida, independentemente da realização da reunião de sócios, se expressa a decisão por instrumento escrito firmado pela sócia única.

Parágrafo Segundo – A única sócia pode fazer-se representar nas deliberações sociais, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de a única sócia indicar mais de um procurador ou representante legal para as convocações previstas nesta cláusula, será considerada válida a comunicação efetivada na pessoa de qualquer um dos indicados, salvo se a procuração expressamente vedar isso.

Parágrafo Quarto – As deliberações da única sócia são lavradas, em ata constante de livro próprio da Sociedade, assinada pela única sócia e demais membros convidados da mesa. Para validade da ata é suficiente assinatura do único sócio.

CAPÍTULO VI

Transformação da Sociedade

Cláusula 11ª - A única sócia poderá transformar a Sociedade em companhia ou outro tipo societário, observadas as exigências previstas em lei.

Parágrafo único: A sociedade pode, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no país ou fora dele, mediante alteração do contrato social.

CAPÍTULO VII

Exercício Social e Lucros

Cláusula 12ª – O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação dos sócios. O lucro apurado poderá ser distribuído, no todo ou em parte, por deliberação dos sócios. Os prejuízos serão acumulados para compensação futura.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação de reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CAPÍTULO VIII**Dissolução da Sociedade**

Cláusula 13ª – A Sociedade pode ser dissolvida por iniciativa da única sócia, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

CAPÍTULO IX**Pagamento dos haveres na dissolução da Sociedade**

Cláusula 14ª – A Sociedade somente poderá ser dissolvida nas hipóteses previstas em lei ou mediante decisão da única sócia. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o remanescente do patrimônio social será atribuído à única sócia. Havendo a dissolução, o sócio quotista estabelecerá o modo de liquidação e nomeará o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Parágrafo Primeiro – Os haveres apurados serão pagos da seguinte forma: 20% (vinte por cento) em dinheiro, na data da assinatura do instrumento de alteração contratual; e o restante em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas, desde a data do balanço especial, pela mesma taxa aplicada às cadernetas de poupança e corrigidas monetariamente, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a data do primeiro pagamento.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de falecimento, incapacidade ou interdição, o(s) herdeiro(s) do falecido ou o curador legalmente autorizado sucede (em) na Sociedade, na forma da partilha de bens que se realizar no inventário respectivo ou no ato legal que ordenar a curatela.

Parágrafo Terceiro – Havendo dissolução da sociedade conjugal do sócio, serão pagos os haveres na forma prevista na Cláusula 13ª acima, se, na partilha dos bens, as quotas do sócio forem distribuídas aos seus ex-cônjuges.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.****CAPÍTULO X****Arbitragem**

Cláusula 15ª – Para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social, bem como toda e qualquer gestão, controvérsia, conflito ou reclamação proveniente ou relacionada às obrigações, execução, condições e/ou interpretações deste Contrato Social, incluindo assuntos relacionados à existência, validade, eficácia ou nulidade de qualquer de suas disposições, ou, ainda, relacionados a qualquer disposição sobre remuneração de seus administradores, é solucionada por meio de arbitragem, obrigatoriamente, conduzida de acordo com o regulamento da câmara da FGV de Conciliação e Arbitragem vigente à época da realização da arbitragem ("Regulamento da Arbitragem"), e em observância à Lei 9.307/96. A Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem ("CCA") ficará encarregada de administrar e conduzir a arbitragem.

Parágrafo Primeiro – O tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, devendo um deles ser nomeado pela requerente, no requerimento de arbitragem, e outro pela requerida, na resposta ao requerimento de arbitragem. Se a disputa envolver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridas, os requerentes, em conjunto, nomearão 1 (um) árbitro, no requerimento de arbitragem, e os requeridos, em conjunto, nomearão o outro árbitro na resposta ao requerimento de arbitragem. Os árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral.

Parágrafo Segundo – No caso de uma das partes, ou conjunto de partes, não nomear um árbitro ou no caso de árbitros nomeados por elas não chegarem a um consenso quanto à nomeação do terceiro árbitro dentro do prazo acima estipulado, caberá ao Diretor da CCA realizar tal nomeação, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido, por escrito, de qualquer uma das partes.

Parágrafo Terceiro – A arbitragem será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde o laudo arbitral deverá ser emitido, e será conduzida em língua portuguesa. O Tribunal Arbitral deve decidir com base na legislação brasileira e nos termos deste Contrato Social.

Parágrafo Quarto – O Tribunal Arbitral é competente para conceder medidas urgentes de acordo com os termos deste Contrato Social e a lei aplicável, incluindo, sem limitações, liminares permanentes ou provisórias e execução específica de qualquer das obrigações aqui criadas. Sem prejuízo à validade da cláusula compromissória, as Partes podem, se e quando necessário, requerer assistência e/ou medidas judiciais ao Judiciário com o intuito de (a) executar obrigações que admitem imediata execução específica; (b) para instauração do procedimento arbitral; e (c) obter medidas coercitivas ou cautelares, ou procedimentos de natureza preventiva ou provisória antes da constituição do Tribunal Arbitral, restando entendido que após a apreciação destas medidas pelo Poder Judiciário, a competência total e exclusiva de decidir sobre todas e quaisquer questões, tanto as relacionadas ao procedimento cautelar, quanto às relacionadas ao mérito, que deram ensejo ao requerimento de tais medidas, deverá retornar ao Tribunal Arbitral a ser instituído. O requerimento de qualquer medida concernente a esta cláusula não representará qualquer renúncia à

INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

cláusula de arbitragem ou à absoluta jurisdição do Tribunal Arbitral. Para os fins deste Parágrafo Quarto, fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Quinto – O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com esse contrato social, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para a consolidação de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes requisitos: (i) a nova disputa possua questões de fato e de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente seja indevidamente prejudicada; e (iii) a consolidação não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um Tribunal Arbitral será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.

Parágrafo Sexto – Todos os custos e despesas da arbitragem, incluindo custas da arbitragem e honorários do Tribunal Arbitral, serão arcados em partes iguais, por cada um dos envolvidos na arbitragem, na forma e prazos determinados pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo Sétimo – Qualquer decisão do Tribunal Arbitral é final e vinculante para cada parte na disputa, sendo que o laudo arbitral pode ser executado em qualquer foro que tenha jurisdição, incluindo o foro que tenha jurisdição sobre a parte ou seus bens.

CAPÍTULO XI

Disposições Gerais

Cláusula 16ª – Os casos e omissões do presente contrato social são regidos pelas disposições contidas no Código Civil e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, além de outras leis e normativos em vigor, pertinentes à matéria.

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto antes neste instrumento particular foi lavrado obrigam-se a cumprir o presente contrato em todos os seus termos e condições, assinando-o em 01 via, para um só efeito.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2021.

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO
HB MULTISERVIÇOS LTDA.



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2021/303415-8 Data do protocolo: 14/10/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/10/2021 SOB O NÚMERO 00004542796 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: B8E2B6A64B146EF4C831CF63F1756117412A0D518660845C0406558B06CA0FCF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

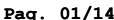
CERTIFICO QUE O ATO DA INFINITY MULTISERVICOS LTDA, NIRE 33.2.1122435-6, PROTOCOLO 00-2021/303415-8, ARQUIVADO EM 18/10/2021, SOB O NÚMERO (S) 00004542796, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
003.232.607-64	ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO
077.016.517-64	LORENZO MAIA DE BRITO MOREIRA DA SILVA
965.516.667-87	MARCELO COSTA DE ANDRADE

18 de outubro de 2021.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral







NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1122435-6

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2022/753612-6

28/09/2022 12:23:45

JUCERJA

Último arquivamento:

00004881704 - 10/05/2022

NIRE: 33.2.1122435-6

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

Boleto(s): 104174652

Hash: 142CD7ED-4D70-4237-9E31-4E280ED3682E

Orgão	Calculado	Pago
Junta	458,00	458,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

**Código
do Ato**

002

[illegible]**Requerente**

Nome:	Marcelo Costa de Andrade
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2124643771
E-mail:	marcelocostaandrade@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	28/09/2022
Data da 1ª entrada:	28/09/2022

Rio de Janeiro

Local

28/09/2022

Data

Últimos Retornos

03/10/2022
30/09/2022
29/09/2022
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx
xx/xx/xxxx



00-2022/753612-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVICIOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2022/753612-6 Data do protocolo: 28/09/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/10/2022 SOB O NÚMERO 00005118719 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A6C0AF4F265E869EB0EC62708111ACDAC66C29540D03A7C9CA870F9A379FA43F

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/14

1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

Pelo presente instrumento particular o sócio abaixo assinado:

HB MULTISERVIÇOS S/A, pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, estabelecida na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, inscrita no CNPJ/ME Sob o nº 00.768.165/0001-08, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 3330033674-5, com inscrição estadual nº 85.688.073, ("Sociedade"), com a respectiva filial: Filial 1 – Avenida Brasil, nº19001, pavilhão 24, boxe 06, Coelho Neto – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.165/0004-50 e inscrição Estadual: 79.474.398, neste ato representada conforme seu estatuto social, por seu diretor presidente **FABIO ABREU DA SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida dos Mananciais, nº 1501, bloco 7, apt. 304, Taquara, portador da carteira de identidade nº 2101946640, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº 035.484.477-67, única sócia da empresa **INFINITY MULTISERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.494.483/0001-42, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3321122435-6 .

Resolve proceder a seguinte alteração:

Cláusula 1ª – A Sociedade tem por objeto social:

- (i) Comércio Atacadista de Alimentos em Geral
- (ii) Preparação e distribuição de refeições e alimentação para indústrias, repartições públicas e autarquias em local próprio ou de terceiros;
- (iii) Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas;
- (iv) Prestação de serviços de buffet;
- (v) Desenvolvimento de atividade econômica de restaurante e similares;
- (vi) Prestação de serviços, com locação de mão de obra, de copeiro, auxiliar de copa, cozinheiro, merendeira, auxiliar de cozinha, ajudante de cozinha, açougueiro, nutricionista, técnico em nutrição, ordenador, chefe de cozinha, administrador, técnico em segurança do trabalho, estoquista, supervisor, assistente administrativo, auxiliar administrativo, garçom, motorista, apoio administrativo, ascensorista, caixa, servente, auxiliar de serviços gerais, encarregado, lotadas tais mãos de obra inclusive em órgãos e prédios públicos, organizações sociais, sistema S e particulares em geral;
- (vii) Locação de mão de obra para prestação de serviços terceirizados;
- (viii) Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, com seleção e agenciamento de mão de obra;
- (ix) Prestação de serviços de conservação, varrição e limpeza em prédios imóveis e em domicílios;
- (x) Prestação de serviço de limpeza e higienização de reservatórios de água, controle de vetores e pragas urbanas; e
- (xi) Prestação de serviço de jardinagem profissional e atividades paisagísticas.

**1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Parágrafo Primeiro – A Sociedade desenvolve seus negócios contratando com clientes privados e públicos, participando de licitações privadas e com administração pública, tais como, entre outras, autorizações, concessões e parcerias público privadas – PPP.

Parágrafo Segundo – A Sociedade, para execução do seu objeto social, está autorizada a utilizar capacidade técnica, expertise (know-how) e capacidade profissional própria e de empresas coligadas, e, autoriza sociedade controladas e coligadas a fazerem uso de sua capacitação.

Cláusula 3ª – As demais cláusulas e condições do Contrato de constituição não alteradas por este instrumento, continuam em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

HB MULTISERVIÇOS S/A, pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, estabelecida na Estrada do Tindiba, 316, Pechincha, CEP 22740-360, inscrita no CNPJ/ME Sob o nº 00.768.165/0001-08, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 3330033674-5, com inscrição estadual nº 85.688.073, (“Sociedade”), com a respectiva filial: Filial 1 – Avenida Brasil, nº19001, pavilhão 24, boxe 06, Coelho Neto – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.165/0004-50 e inscrição Estadual: 79.474.398, neste ato representada conforme seu contrato social, por seu diretor presidente **FABIO ABREU DA SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida dos Mananciais, nº 1501, bloco 7, apt. 304, Taquara, portador da carteira de identidade nº 2101946640, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº 035.484.477-67, resolve constituir uma sociedade limitada, nos termos do Art. 1.052 a 1087 do Código Civil, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto Social e Duração

Cláusula 1ª - A sociedade possui a denominação social de **INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA**. E é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula 2ª – A Sociedade tem sede, foro e administração na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, nº 316, Pechincha – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22725-422.

Cláusula 3ª – A Sociedade tem por objeto social:

- (i) Comércio Atacadista de Alimentos em Geral

1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

- (ii) Preparação e distribuição de refeições e alimentação para indústrias, repartições públicas e autarquias em local próprio ou de terceiros;
- (iii) Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas;
- (iv) Prestação de serviços de buffet;
- (v) Desenvolvimento de atividade econômica de restaurante e similares;
- (vi) Prestação de serviços, com locação de mão de obra, de copeiro, auxiliar de copa, cozinheiro, merendeira, auxiliar de cozinha, ajudante de cozinha, açougueiro, nutricionista, técnico em nutrição, ordenador, chefe de cozinha, administrador, técnico em segurança do trabalho, estoquista, supervisor, assistente administrativo, auxiliar administrativo, garçom, motorista, apoio administrativo, ascensorista, caixa, servente, auxiliar de serviços gerais, encarregado, lotadas tais mãos de obra inclusive em órgãos e prédios públicos, organizações sociais, sistema S e particulares em geral;
- (vii) Locação de mão de obra para prestação de serviços terceirizados;
- (viii) Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, com seleção e agenciamento de mão de obra;
- (ix) Prestação de serviços de conservação, varrição e limpeza em prédios imóveis e em domicílios;
- (x) Prestação de serviço de limpeza e higienização de reservatórios de água, controle de vetores e pragas urbanas; e
- (xi) Prestação de serviço de jardinagem profissional e atividades paisagísticas.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade desenvolve seus negócios contratando com clientes privados e públicos, participando de licitações privadas e com administração pública, tais como, entre outras, autorizações, concessões e parcerias público privadas – PPP.

Parágrafo Segundo – A Sociedade, para execução do seu objeto social, está autorizada a utilizar capacidade técnica, expertise (know-how) e capacidade profissional própria e de empresas coligadas, e, autoriza sociedade controladas e coligadas a fazerem uso de sua capacitação.

Cláusula 4ª – A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Quotas

Cláusula 5ª – O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado:

1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

<u>Sócio</u>	<u>Quotas Subscritas</u>	<u>Quotas Integralizadas</u>
HB MULTISERVIÇOS LTDA	2.000.000	2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	2.000.000,00

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade do sócio único é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, respondendo, no entanto pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052, do Código Civil.

Parágrafo Segundo – O valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) foi integralizado sendo R\$ 1.074.877,00 (hum milhão setenta e quatro mil e oitocentos e setenta e sete reais) em moeda corrente e R\$ 925.123,00 (novecentos e vinte e cinco mil e cento e vinte e três reais) integralizados por meio da conferência de bens móveis à sociedade, cuja posse, domínio, direito e ação, são neste ato transferidos por força do presente instrumento, sendo os móveis abaixo descritos:

- a) Veículo Cobalt 2012/2013, placa KVV-7184 que se atribui o valor de R\$ 33.074,00 (trinta e três mil e setenta e quatro reais);
- b) Veículo Volvo xc 60 2.0 t5 2018/2019, placa LMR-3G86 que se atribui o valor de R\$ 198.297,00 (cento e noventa e oito mil e duzentos e noventa e sete reais);
- c) Veículo Corolla XEI 2017/2018, placa KRY-4356 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- d) Veículo Corolla XEI 2018/2018, placa LTG-6847 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- e) Veículo Uno Vivace 2014/2014, placa KQM-7968 que se atribui o valor R\$ 25.990,00 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa reais);
- f) Veículo Peugeot Passion 207 2010/2011, placa LTL-3540 que se atribui o valor R\$ 18.563,00 (dezoito mil quinhentos e sessenta e três reais);
- g) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa KRF-1241 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil e quinhentos e quarenta e um reais);
- h) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa LQF-3306 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil quinhentos e quarenta e um reais);
- i) Veículo Work 17.180 2011/2011, placa KRW-1G32 que se atribui o valor R\$ 96.926,00 (noventa e seis mil novecentos e vinte e seis reais);
- j) Veículo VW 9.160 DRC 4x2 2012/2013, placa KZH-6406 que se atribui o valor R\$ 95.960,00 (noventa e cinco mil novecentos e sessenta reais);
- k) Veículo Sprinter Streer 2012/2013, placa KPJ-4995 que se atribui o valor R\$ 77.251,00 (setenta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais);

**1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Parágrafo Terceiro – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

CAPÍTULO III

Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula 6ª – A sócia única pode alienar suas quotas a terceiros, indicando claramente o preço, forma e condição de pagamento, e neste caso, mediante alteração e adequação do contrato social.

CAPÍTULO IV

Administração

Cláusula 7ª – A Sociedade será administrada por **Antônio Carlos Oliveira Monteiro**, o qual detém a plenitude dos poderes de administração, sem qualquer restrição, inclusive com a capacidade de delegar seus poderes de representação, isoladamente, perante terceiros, permanecendo em seu cargo por tempo indeterminado, destituível a qualquer tempo pelos sócios em sede de Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá ter administradores não sócios, os quais serão designados e investidos na forma dos Artigos 1.061 e 1.062 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – O administrador da Sociedade, desde logo, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, na forma prevista em lei.

Parágrafo Terceiro – O Administrador poderá receber uma remuneração, a título de pró-labore, que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade, ficando expressamente dispensado da prestação de caução ou fiança pelo exercício de suas funções.

Cláusula 8ª – Observando o disposto neste Contrato Social, caberá ao Diretor, isoladamente, a prática de todos os atos em nome da Sociedade, os atos de representação perante as instituições financeiras, tais como, assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, fazer retiradas, emitir, endossar para quaisquer fins e descontar

1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

duplicatas, dar ordem de pagamento, bem como os de admitir e demitir empregados, constituir procuradores, representar a Sociedade em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos e terceiros em geral, adquirir, alienar ou onerar bens sociais, móveis e imóveis, transigir e renunciar a direitos.

Parágrafo Primeiro – A representação da Sociedade perante terceiros e em juízo por um procurador especialmente constituído para esse fim, deverá ser mediante instrumento de mandato outorgado pela Sociedade a ser assinado pelo Diretor isoladamente, especificando expressamente os poderes conferidos ao respectivo procurador e, com exceção daqueles com poderes da cláusula “ad judícia”, terão prazo de validade determinado não superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, atos praticados pelos sócios, procuradores ou empregados da Sociedade, fora dos limites previstos neste Contrato Social e/ou instrumentos de mandato, ou, ainda, aqueles atos que envolvam a Sociedade em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social.

Cláusula 9ª – A Sociedade não tem Conselho Fiscal, salvo temporariamente pelo prazo de 1 (um) ano, por deliberação escrita do sócio único lavrada em ata própria da Sociedade que possui poderes de dissolver o Conselho Fiscal a qualquer tempo.

CAPÍTULO V

Deliberações Sociais

Cláusula 10ª – Cabe à única sócia, sempre que os interesses sociais assim os exigirem e, ordinariamente, nos primeiros 4 (quatro) meses que se seguem ao término do exercício social para deliberar as seguintes matérias:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir de deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido;
- (iii) Designar administradores, quando for o caso, e fixar-lhe a remuneração; e
- (iv) Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Primeiro - Qualquer matéria que demande a manifestação da única sócia poderá ser tida como validamente decidida, independentemente da realização da reunião de sócios, se expressa a decisão por instrumento escrito firmado pela sócia única.

1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

Parágrafo Segundo – A única sócia pode fazer-se representar nas deliberações sociais, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de a única sócia indicar mais de um procurador ou representante legal para as convocações previstas nesta cláusula, será considerada válida a comunicação efetivada na pessoa de qualquer um dos indicados, salvo se a procuração expressamente vedar isso.

Parágrafo Quarto – As deliberações da única sócia são lavradas, em ata constante de livro próprio da Sociedade, assinada pela única sócia e demais membros convidados da mesa. Para validade da ata é suficiente assinatura do único sócio.

CAPÍTULO VI

Transformação da Sociedade

Cláusula 11ª - A única sócia poderá transformar a Sociedade em companhia ou outro tipo societário, observadas as exigências previstas em lei.

Parágrafo único: A sociedade pode, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no país ou fora dele, mediante alteração do contrato social.

CAPÍTULO VII

Exercício Social e Lucros

Cláusula 12ª – O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação dos sócios. O lucro apurado poderá ser distribuído, no todo ou em parte, por deliberação dos sócios. Os prejuízos serão acumulados para compensação futura.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação de reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

CAPÍTULO VIII

Dissolução da Sociedade

Cláusula 13ª – A Sociedade pode ser dissolvida por iniciativa da única sócia, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

CAPÍTULO IX

Pagamento dos haveres na dissolução da Sociedade

Cláusula 14ª – A Sociedade somente poderá ser dissolvida nas hipóteses previstas em lei ou mediante decisão da única sócia. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o remanescente do patrimônio social será atribuído à única sócia. Havendo a dissolução, o sócio quotista estabelecerá o modo de liquidação e nomeará o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Parágrafo Primeiro – Os haveres apurados serão pagos da seguinte forma: 20% (vinte por cento) em dinheiro, na data da assinatura do instrumento de alteração contratual; e o restante em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas, desde a data do balanço especial, pela mesma taxa aplicada às cadernetas de poupança e corrigidas monetariamente, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a data do primeiro pagamento.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de falecimento, incapacidade ou interdição, o(s) herdeiro(s) do falecido ou o curador legalmente autorizado sucede (em) na Sociedade, na forma da partilha de bens que se realizar no inventário respectivo ou no ato legal que ordenar a curatela.

Parágrafo Terceiro – Havendo dissolução da sociedade conjugal do sócio, serão pagos os haveres na forma prevista na Cláusula 13ª acima, se, na partilha dos bens, as quotas do sócio forem distribuídas aos seus ex-cônjuges.

CAPÍTULO X

Arbitragem

Cláusula 15ª – Para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social, bem como toda e qualquer gestão, controvérsia, conflito ou reclamação proveniente ou relacionada às obrigações, execução, condições e/ou interpretações deste Contrato Social, incluindo assuntos relacionados à existência,

**1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

validade, eficácia ou nulidade de qualquer de suas disposições, ou, ainda, relacionados a qualquer disposição sobre remuneração de seus administradores, é solucionada por meio de arbitragem, obrigatoriamente, conduzida de acordo com o regulamento da câmara da FGV de Conciliação e Arbitragem vigente à época da realização da arbitragem (“Regulamento da Arbitragem”), e em observância à Lei 9.307/96. A Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem (“CCA”) ficará encarregada de administrar e conduzir a arbitragem.

Parágrafo Primeiro – O tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, devendo um deles ser nomeado pela requerente, no requerimento de arbitragem, e outro pela requerida, na resposta ao requerimento de arbitragem. Se a disputa envolver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridas, os requerentes, em conjunto, nomearão 1 (um) árbitro, no requerimento de arbitragem, e os requeridos, em conjunto, nomearão o outro árbitro na resposta ao requerimento de arbitragem. Os árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral.

Parágrafo Segundo – No caso de uma das partes, ou conjunto de partes, não nomear um árbitro ou no caso de árbitros nomeados por elas não chegarem a um consenso quanto à nomeação do terceiro árbitro dentro do prazo acima estipulado, caberá ao Diretor da CCA realizar tal nomeação, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido, por escrito, de qualquer uma das partes.

Parágrafo Terceiro – A arbitragem será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde o laudo arbitral deverá ser emitido, e será conduzida em língua portuguesa. O Tribunal Arbitral deve decidir com base na legislação brasileira e nos termos deste Contrato Social.

Parágrafo Quarto – O Tribunal Arbitral é competente para conceder medidas urgentes de acordo com os termos deste Contrato Social e a lei aplicável, incluindo, sem limitações, liminares permanentes ou provisórias e execução específica de qualquer das obrigações aqui criadas. Sem prejuízo à validade da cláusula compromissória, as Partes podem, se e quando necessário, requerer assistência e/ou medidas judiciais ao Judiciário com o intuito de (a) executar obrigações que admitem imediata execução específica; (b) para instauração do procedimento arbitral; e (c) obter medidas coercitivas ou cautelares, ou procedimentos de natureza preventiva ou provisória antes da constituição do Tribunal Arbitral, restando entendido que após a apreciação destas medidas pelo Poder Judiciário, a competência total e exclusiva de decidir sobre todas e quaisquer questões, tanto as relacionadas ao procedimento cautelar, quanto às relacionadas ao mérito, que deram ensejo ao requerimento de tais medidas, deverá retornar ao Tribunal Arbitral a ser instituído. O requerimento de qualquer medida concernente a esta cláusula não representará qualquer renúncia à cláusula de arbitragem ou à absoluta jurisdição do Tribunal Arbitral. Para os fins deste Parágrafo Quarto, fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

**1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Parágrafo Quinto – O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com esse contrato social, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para a consolidação de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes requisitos: (i) a nova disputa possua questões de fato e de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente seja indevidamente prejudicada; e (iii) a consolidação não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um Tribunal Arbitral será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.

Parágrafo Sexto – Todos os custos e despesas da arbitragem, incluindo custas da arbitragem e honorários do Tribunal Arbitral, serão arcados em partes iguais, por cada um dos envolvidos na arbitragem, na forma e prazos determinados pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo Sétimo – Qualquer decisão do Tribunal Arbitral é final e vinculante para cada parte na disputa, sendo que o laudo arbitral pode ser executado em qualquer foro que tenha jurisdição, incluindo o foro que tenha jurisdição sobre a parte ou seus bens.

CAPÍTULO XI
Disposições Gerais

Cláusula 16ª – Os casos e omissões do presente contrato social são regidos pelas disposições contidas no Código Civil e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, além de outras leis e normativos em vigor, pertinentes à matéria.

(A partir daqui esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**1 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DA INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto antes neste instrumento particular foi lavrado obrigam-se a cumprir o presente contrato em todos os seus termos e condições, assinando-o em 01 via, para um só efeito.

Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 2022.



FABIO ABREU DA SILVA
HB MULTISERVICOS S/A



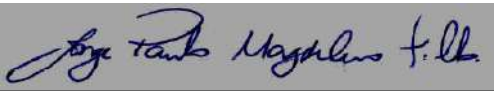
ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO
INFINITY MULTISERVICOS LTDA.

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA INFINITY MULTISERVICOS LTDA, NIRE 33.2.1122435-6, PROTOCOLO 00-2022/753612-6, ARQUIVADO EM 03/10/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005118719, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

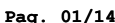
CPF/CNPJ	Nome
003.232.607-64	ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO
035.484.477-67	FABIO ABREU DA SILVA
965.516.667-87	MARCELO COSTA DE ANDRADE

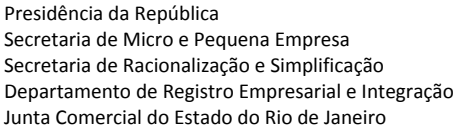
03 de outubro de 2022.



Jorge Paulo Magdaleno Filho

Secretário Geral





33.2.1122435-6

Sociedade empresária limitada

Normal

00-2023/212722-0

15/03/2023 10:30:47

JUCERJA

Último arquivamento:

00005118719 - 03/10/2022

NIRE: 33.2.1122435-6

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

Boleto(s): 104319740

Hash: E1263FB3-5174-4050-8591-840CBC65E31D

Orgão	Calculado	Pago
Junta	488,00	488,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

INFINITY MULTISERVICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

**Código
do Ato**

002

[illegible]**Requerente**

Nome:	Marcelo Costa de Andrade
Assinatura:	<p>ASSINADO DIGITALMENTE</p> <p>O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo</p>
Telefone de contato:	2124643771
E-mail:	marcelocostaandrade@hotmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	15/03/2023
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

15/03/2023

Data



00-2023/212722-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: INFINITY MULTISERVICIOS LTDA

NIRE: 332.1122435-6 Protocolo: 00-2023/212722-0 Data do protocolo: 17/03/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2023 SOB O NÚMERO 00005378456 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 93BAE45FE024FEDE662A592FBE412A13789CC15AE55A6624ABDB1B90AC768137

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/14

**2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

Pelo presente instrumento particular o sócio abaixo assinado:

HB MULTISERVIÇOS S/A, pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade de ITABORAI, Estado do Rio de Janeiro, estabelecida na Rodovia Mario Covas, KM 295 – Sala 805, Três Pontes, CEP 24809-234, inscrita no CNPJ/ME Sob o nº 00.768.165/0001-08, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 3330033674-5, com inscrição estadual nº 85.688.073, (“Sociedade”), com a respectiva filial: Filial 1 – Avenida Brasil, nº19001, pavilhão 24, boxe 06, Coelho Neto – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.165/0004-50 e inscrição Estadual: 79.474.398, neste ato representada conforme seu estatuto social, por seu diretor presidente **FABIO ABREU DA SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida dos Mananciais, nº 1501, bloco 7, apt. 304, Taquara, portador da carteira de identidade nº 2101946640, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº 035.484.477-67, única sócia da empresa **INFINITY MULTISERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 40.494.483/0001-42, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3321122435-6 .

Resolve proceder a seguinte alteração:

Cláusula 1ª – A Sociedade tem por objeto social os seguintes CNAEs:

- 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
- 10.91-1-01 - Fabricação de produtos de panificação industrial
- 10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
- 46.33-8-01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
- 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
- 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
- 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
- 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
- 52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga
- 56.11-2-01 - Restaurantes e similares
- 56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas

2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

- 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê
- 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
- 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra
- 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
- 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
- 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
- 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

Parágrafo Primeiro – A Sociedade desenvolve seus negócios contratando com clientes privados e públicos, participando de licitações privadas e com administração pública, tais como, entre outras, autorizações, concessões e parcerias público privadas – PPP.

Parágrafo Segundo – A Sociedade, para execução do seu objeto social, está autorizada a utilizar capacidade técnica, expertise (know-how) e capacidade profissional própria e de empresas coligadas, e, autoriza sociedade controladas e coligadas a fazerem uso de sua capacitação.

Cláusula 3ª - A Sociedade devolve a seu único sócio os bens móveis abaixo, desincorporando os mesmos do capital social:

- a) Veículo Cobalt 2012/2013, placa KVV-7184 que se atribui o valor de R\$ 33.074,00 (trinta e três mil e setenta e quatro reais);
- b) Veículo Volvo xc 60 2.0 t5 2018/2019, placa LMR-3G86 que se atribui o valor de R\$ 198.297,00 (cento e noventa e oito mil e duzentos e noventa e sete reais);
- c) Veículo Corolla XEI 2017/2018, placa KRY-4356 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- d) Veículo Corolla XEI 2018/2018, placa LTG-6847 que se atribui o valor R\$ 92.990,00 (noventa e dois mil e novecentos e noventa reais);
- e) Veículo Uno Vivace 2014/2014, placa KQM-7968 que se atribui o valor R\$ 25.990,00 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa reais);
- f) Veículo Peugeot Passion 207 2010/2011, placa LTL-3540 que se atribui o valor R\$ 18.563,00 (dezoito mil quinhentos e sessenta e três reais);
- g) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa KRF-1241 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil e quinhentos e quarenta e um reais);
- h) Veículo Work 17.180 2010/2011, placa LQF-3306 que se atribui o valor R\$ 96.541,00 (noventa e seis mil quinhentos e quarenta e um reais);

2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

i) Veículo Work 17.180 2011/2011, placa KRW-1G32 que se atribui o valor R\$ 96.926,00 (noventa e seis mil novecentos e vinte e seis reais);

j) Veículo VW 9.160 DRC 4x2 2012/2013, placa KZH-6406 que se atribui o valor R\$ 95.960,00 (noventa e cinco mil novecentos e sessenta reais);

k) Veículo Sprinter Streer 2012/2013, placa KPJ-4995 que se atribui o valor R\$ 77.251,00 (setenta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais);

Cláusula 4ª – O único sócio acrescenta ao capital social o valor de R\$ 925.123,00 (novecentos e vinte e cinco mil e cento e vinte e três reais) em moeda corrente do país.

Cláusula 5ª – Devido as alterações acima o capital social passa a ser de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) , dividido em 2.000.000 (dois milhões) de cotas de R\$ 1,00 (hum real).

Cláusula 6ª – As demais cláusulas e condições do Contrato de constituição não alteradas por este instrumento, continuam em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

HB MULTISERVIÇOS S/A, pessoa jurídica de direito privado, sediada na cidade de ITABORAI, Estado do Rio de Janeiro, estabelecida na Rodovia Mario Covas, KM 295 – Sala 805, Três Pontes, CEP 24809-234, inscrita no CNPJ/ME Sob o nº 00.768.165/0001-08, inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 3330033674-5, com inscrição estadual nº 85.688.073, (“Sociedade”), com a respectiva filial: Filial 1 – Avenida Brasil, nº19001, pavilhão 24, boxe 06, Coelho Neto – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 00.768.165/0004-50 e inscrição Estadual: 79.474.398, neste ato representada conforme seu contrato social, por seu diretor presidente **FABIO ABREU DA SILVA**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida dos Mananciais, nº 1501, bloco 7, apt. 304, Taquara, portador da carteira de identidade nº 2101946640, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº 035.484.477-67, resolve constituir uma sociedade limitada, nos termos do Art. 1.052 a 1087 do Código Civil, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto Social e Duração

Cláusula 1ª - A sociedade possui a denominação social de **INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA**. E é regida pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula 2ª – A Sociedade tem sede, foro e administração na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Tindiba, nº 316, Pechincha – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22725-422.

2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

Cláusula 3ª – A Sociedade tem por objeto social os seguintes CNAEs:

- 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
- 10.91-1-01 - Fabricação de produtos de panificação industrial
- 10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
- 46.33-8-01 - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
- 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
- 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
- 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
- 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
- 52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga
- 56.11-2-01 - Restaurantes e similares
- 56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
- 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê
- 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
- 78.10-8-00 - Seleção e agenciamento de mão-de-obra
- 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
- 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
- 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
- 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
- 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

Parágrafo Primeiro – A Sociedade desenvolve seus negócios contratando com clientes privados e públicos, participando de licitações privadas e com administração pública, tais como, entre outras, autorizações, concessões e parcerias público privadas – PPP.

Parágrafo Segundo – A Sociedade, para execução do seu objeto social, está autorizada a utilizar capacidade técnica, expertise (know-how) e capacidade

2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

profissional própria e de empresas coligadas, e, autoriza sociedade controladas e coligadas a fazerem uso de sua capacitação.

Cláusula 4ª – A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital Social e Quotas

Cláusula 5ª – O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões de) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado em moeda corrente:

<u>Sócio</u>	<u>Quotas Subscritas</u>	<u>Quotas Integralizadas</u>
HB MULTISERVIÇOS LTDA	2.000.000	2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	2.000.000,00

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade do sócio único é, na forma da lei, restrita ao valor de suas quotas, respondendo, no entanto pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052, do Código Civil.

Parágrafo Segundo – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

CAPÍTULO III

Cessão e Transferência de Quotas

Cláusula 6ª – A sócia única pode alienar suas quotas a terceiros, indicando claramente o preço, forma e condição de pagamento, e neste caso, mediante alteração e adequação do contrato social.

CAPÍTULO IV

Administração

Cláusula 7ª – A Sociedade será administrada por **Antônio Carlos Oliveira Monteiro**, o qual detém a plenitude dos poderes de administração, sem qualquer restrição, inclusive com a capacidade de delegar seus poderes de representação,

2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

isoladamente, perante terceiros, permanecendo em seu cargo por tempo indeterminado, destituível a qualquer tempo pelos sócios em sede de Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá ter administradores não sócios, os quais serão designados e investidos na forma dos Artigos 1.061 e 1.062 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – O administrador da Sociedade, desde logo, declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, na forma prevista em lei.

Parágrafo Terceiro – O Administrador poderá receber uma remuneração, a título de pró-labore, que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade, ficando expressamente dispensado da prestação de caução ou fiança pelo exercício de suas funções.

Cláusula 8ª – Observando o disposto neste Contrato Social, caberá ao Diretor, isoladamente, a prática de todos os atos em nome da Sociedade, os atos de representação perante as instituições financeiras, tais como, assinar e endossar cheques, contratos, letras de câmbio, duplicatas, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, fazer retiradas, emitir, endossar para quaisquer fins e descontar duplicatas, dar ordem de pagamento, bem como os de admitir e demitir empregados, constituir procuradores, representar a Sociedade em juízo ou fora dele e perante os poderes públicos e terceiros em geral, adquirir, alienar ou onerar bens sociais, móveis e imóveis, transigir e renunciar a direitos.

Parágrafo Primeiro – A representação da Sociedade perante terceiros e em juízo por um procurador especialmente constituído para esse fim, deverá ser mediante instrumento de mandato outorgado pela Sociedade a ser assinado pelo Diretor isoladamente, especificando expressamente os poderes conferidos ao respectivo procurador e, com exceção daqueles com poderes da cláusula “ad judicium”, terão prazo de validade determinado não superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, atos praticados pelos sócios, procuradores ou empregados da Sociedade, fora dos limites previstos neste Contrato Social e/ou instrumentos de mandato, ou, ainda, aqueles atos que envolvam a Sociedade em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social.

Cláusula 9ª – A Sociedade não tem Conselho Fiscal, salvo temporariamente pelo prazo de 1 (um) ano, por deliberação escrita do sócio único lavrada em ata própria da Sociedade que possui poderes de dissolver o Conselho Fiscal a qualquer tempo.

**2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

CAPÍTULO V
Deliberações Sociais

Cláusula 10ª – Cabe à única sócia, sempre que os interesses sociais assim os exigirem e, ordinariamente, nos primeiros 4 (quatro) meses que se seguem ao término do exercício social para deliberar as seguintes matérias:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir de deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido;
- (iii) Designar administradores, quando for o caso, e fixar-lhe a remuneração; e
- (iv) Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Primeiro - Qualquer matéria que demande a manifestação da única sócia poderá ser tida como validamente decidida, independentemente da realização da reunião de sócios, se expressa a decisão por instrumento escrito firmado pela sócia única.

Parágrafo Segundo – A única sócia pode fazer-se representar nas deliberações sociais, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de a única sócia indicar mais de um procurador ou representante legal para as convocações previstas nesta cláusula, será considerada válida a comunicação efetivada na pessoa de qualquer um dos indicados, salvo se a procuração expressamente vedar isso.

Parágrafo Quarto – As deliberações da única sócia são lavradas, em ata constante de livro próprio da Sociedade, assinada pela única sócia e demais membros convidados da mesa. Para validade da ata é suficiente assinatura do único sócio.

CAPÍTULO VI
Transformação da Sociedade

Cláusula 11ª - A única sócia poderá transformar a Sociedade em companhia ou outro tipo societário, observadas as exigências previstas em lei.

Parágrafo único: A sociedade pode, a qualquer tempo, abrir, alterar e extinguir filiais e outros estabelecimentos no país ou fora dele, mediante alteração do contrato social.

**2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

CAPÍTULO VII

Exercício Social e Lucros

Cláusula 12ª – O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação dos sócios. O lucro apurado poderá ser distribuído, no todo ou em parte, por deliberação dos sócios. Os prejuízos serão acumulados para compensação futura.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade unipessoal autorizada a levantar balanços ou balancetes intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação de reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital.

CAPÍTULO VIII

Dissolução da Sociedade

Cláusula 13ª – A Sociedade pode ser dissolvida por iniciativa da única sócia, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

CAPÍTULO IX

Pagamento dos haveres na dissolução da Sociedade

Cláusula 14ª – A Sociedade somente poderá ser dissolvida nas hipóteses previstas em lei ou mediante decisão da única sócia. Neste caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o remanescente do patrimônio social será atribuído à única sócia. Havendo a dissolução, o sócio quotista estabelecerá o modo de liquidação e nomeará o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliados na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Parágrafo Primeiro – Os haveres apurados serão pagos da seguinte forma: 20% (vinte por cento) em dinheiro, na data da assinatura do instrumento de alteração

2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

contratual; e o restante em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas, desde a data do balanço especial, pela mesma taxa aplicada às cadernetas de poupança e corrigidas monetariamente, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a data do primeiro pagamento.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de falecimento, incapacidade ou interdição, o(s) herdeiro(s) do falecido ou o curador legalmente autorizado sucede (em) na Sociedade, na forma da partilha de bens que se realizar no inventário respectivo ou no ato legal que ordenar a curatela.

Parágrafo Terceiro – Havendo dissolução da sociedade conjugal do sócio, serão pagos os haveres na forma prevista na Cláusula 13ª acima, se, na partilha dos bens, as quotas do sócio forem distribuídas aos seus ex-cônjuges.

CAPÍTULO X **Arbitragem**

Cláusula 15ª – Para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato Social, bem como toda e qualquer gestão, controvérsia, conflito ou reclamação proveniente ou relacionada às obrigações, execução, condições e/ou interpretações deste Contrato Social, incluindo assuntos relacionados à existência, validade, eficácia ou nulidade de qualquer de suas disposições, ou, ainda, relacionados a qualquer disposição sobre remuneração de seus administradores, é solucionada por meio de arbitragem, obrigatoriamente, conduzida de acordo com o regulamento da câmara da FGV de Conciliação e Arbitragem vigente à época da realização da arbitragem (“Regulamento da Arbitragem”), e em observância à Lei 9.307/96. A Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem (“CCA”) ficará encarregada de administrar e conduzir a arbitragem.

Parágrafo Primeiro – O tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, devendo um deles ser nomeado pela requerente, no requerimento de arbitragem, e outro pela requerida, na resposta ao requerimento de arbitragem. Se a disputa envolver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridas, os requerentes, em conjunto, nomearão 1 (um) árbitro, no requerimento de arbitragem, e os requeridos, em conjunto, nomearão o outro árbitro na resposta ao requerimento de arbitragem. Os árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral.

Parágrafo Segundo – No caso de uma das partes, ou conjunto de partes, não nomear um árbitro ou no caso de árbitros nomeados por elas não chegarem a um consenso quanto à nomeação do terceiro árbitro dentro do prazo acima estipulado, caberá ao Diretor da CCA realizar tal nomeação, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido, por escrito, de qualquer uma das partes.

2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.

Parágrafo Terceiro – A arbitragem será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde o laudo arbitral deverá ser emitido, e será conduzida em língua portuguesa. O Tribunal Arbitral deve decidir com base na legislação brasileira e nos termos deste Contrato Social.

Parágrafo Quarto – O Tribunal Arbitral é competente para conceder medidas urgentes de acordo com os termos deste Contrato Social e a lei aplicável, incluindo, sem limitações, liminares permanentes ou provisórias e execução específica de qualquer das obrigações aqui criadas. Sem prejuízo à validade da cláusula compromissória, as Partes podem, se e quando necessário, requerer assistência e/ou medidas judiciais ao Judiciário com o intuito de (a) executar obrigações que admitem imediata execução específica; (b) para instauração do procedimento arbitral; e (c) obter medidas coercitivas ou cautelares, ou procedimentos de natureza preventiva ou provisória antes da constituição do Tribunal Arbitral, restando entendido que após a apreciação destas medidas pelo Poder Judiciário, a competência total e exclusiva de decidir sobre todas e quaisquer questões, tanto as relacionadas ao procedimento cautelar, quanto às relacionadas ao mérito, que deram ensejo ao requerimento de tais medidas, deverá retornar ao Tribunal Arbitral a ser instituído. O requerimento de qualquer medida concernente a esta cláusula não representará qualquer renúncia à cláusula de arbitragem ou à absoluta jurisdição do Tribunal Arbitral. Para os fins deste Parágrafo Quarto, fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Quinto – O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com esse contrato social, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para a consolidação de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes requisitos: (i) a nova disputa possua questões de fato e de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente seja indevidamente prejudicada; e (iii) a consolidação não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um Tribunal Arbitral será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.

Parágrafo Sexto – Todos os custos e despesas da arbitragem, incluindo custas da arbitragem e honorários do Tribunal Arbitral, serão arcados em partes iguais, por cada um dos envolvidos na arbitragem, na forma e prazos determinados pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo Sétimo – Qualquer decisão do Tribunal Arbitral é final e vinculante para cada parte na disputa, sendo que o laudo arbitral pode ser executado em qualquer

**2 ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA.**

INFINITY MULTISERVIÇOS LTDA

foro que tenha jurisdição, incluindo o foro que tenha jurisdição sobre a parte ou seus bens.

CAPÍTULO XI
Disposições Gerais

Cláusula 16ª – Os casos e omissões do presente contrato social são regidos pelas disposições contidas no Código Civil e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, além de outras leis e normativos em vigor, pertinentes à matéria.

(A partir daqui esta página foi intencionalmente deixada em branco)

E por se acharem em perfeito acordo, em tudo quanto antes neste instrumento particular foi lavrado obrigam-se a cumprir o presente contrato em todos os seus termos e condições, assinando-o em 01 via, para um só efeito.

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2023.



**FABIO ABREU DA SILVA
HB MULTISERVICOS S/A**



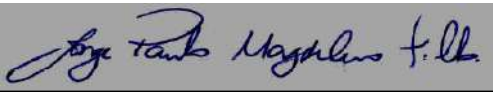
**ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO
INFINITY MULTISERVICOS LTDA.**

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA INFINITY MULTISERVICOS LTDA, NIRE 33.2.1122435-6, PROTOCOLO 00-2023/212722-0, ARQUIVADO EM 20/03/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005378456, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
003.232.607-64	ANTONIO CARLOS OLIVEIRA MONTEIRO
035.484.477-67	FABIO ABREU DA SILVA
156.030.547-94	IGOR COUTO CARDOSO
965.516.667-87	MARCELO COSTA DE ANDRADE

20 de março de 2023.



Jorge Paulo Magdaleno Filho

Secretário Geral